

Sede da Huawei Technologies em Shenzhen, na China, 19 Out 07.

Brücke-Osteuropa



A Ascensão da China nas Américas

R. Evan Ellis

R. Evan Ellis, Ph.D., é professor pesquisador de Estudos Latino-Americanos no Instituto de Estudos Estratégicos do U.S. Army War College, tendo como foco de pesquisa os relacionamentos da América Latina com a China e outros atores externos ao Hemisfério Ocidental. Publicou mais de 80 trabalhos, incluindo os livros China in Latin America: The Whats and Wherefores, de 2009; The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America, de 2013; e China on the Ground in Latin America, de 2014. Possui o doutorado em Ciência Política, com especialização em política comparativa.

Pode-se dizer que a expansão exponencial da presença comercial, empresarial, política e militar chinesa nas Américas desde o início do milênio é um dos fatores que mais transformou, e continua a transformar, o ambiente econômico e político do hemisfério.

Antes da admissão da República Popular da China (RPC) na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, as interações comerciais chinesas com a América Latina e o Caribe eram mínimas, ainda que em crescimento acelerado. Durante aquele período, os relacionamentos da RPC com países da região eram, relativamente, de baixa intensidade, centrados em questões como estabelecer amizades em torno do tema de solidariedade mundial e do movimento de não alinhamento e persuadir países que reconhecessem a República da China (RC) a mudar de posição.

O momento decisivo para o relacionamento da China com a região foi, possivelmente, a entrada da RPC na OMC, em 2001, seguida da promulgação oficial da estratégia chamada de “Go Out”, como parte do Décimo Plano Quinquenal do Partido Comunista Chinês, em 2002. A admissão à OMC possibilitou que empresas chinesas explorassem mais efetivamente a vantagem do país em relação ao custo de mão de obra, a fim de exportar para a região e para mercados de nações desenvolvidas, como os Estados Unidos da América (EUA), Canadá e países da Europa. A estratégia “Go Out” concedeu às empresas chinesas a “benção política” para estabelecerem os relacionamentos com os mercados externos e as fontes de suprimentos necessárias para a estratégia de crescimento da China, voltada a incrementar as exportações.

O momento decisivo para o relacionamento da China com a região foi, possivelmente, a entrada da RPC na OMC...

Na década após esses dois acontecimentos, o comércio da RPC com a região cresceu quase dez vezes, passando de US\$ 29 bilhões, em 2003, a US\$ 270 bilhões em 2012¹. A princípio, o relacionamento se restringiu

quase inteiramente ao comércio, com empresas chinesas importando um pequeno número de produtos primários da região e a América Latina importando uma ampla gama de produtos fabricados na China. Concomitantemente a esse comércio em expansão, porém, empresas baseadas na RPC cresciam e adquiriam experiência e sofisticação; empresários em ambos os lados do Pacífico estabeleciam relacionamentos; e governos criavam as infraestruturas jurídicas e financeiras que permitiriam um aumento radical do número de companhias chinesas atuando na região. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), estima que os investimentos estrangeiros diretos não financeiros da China na América Latina entre 1990 e o final de 2012 tenham sido de US\$ 38,5 bilhões, dos quais US\$ 32,2 bilhões foram realizados após 2009².

A nova onda de investimentos chineses na região teve início por volta de 2009, concentrando-se em quatro setores, cada qual com sua própria lógica e dinâmica: (1) petróleo, metais, minerais e outros produtos primários; (2) construção; (3) manufatura; e (4) serviços selecionados, incluindo telecomunicações, atividades bancárias e logística³.

Nos setores petrolífero e de mineração, as empresas chinesas começaram uma onda de aquisições em 2009, que lhes conferiu acesso a campos petrolíferos e jazidas minerais comprovadas, e, mais tarde, passaram a trazer suas próprias companhias de engenharia e serviços petrolíferos para desenvolver os territórios adquiridos. Com o tempo, essas empresas também começaram a competir pelo direito de investir em campos menos desenvolvidos (com maior risco, mas, potencialmente, maiores recompensas), incluindo a proposta vencedora das companhias petrolíferas chinesas CNPC e CNOOC na licitação do bloco de Libra no Brasil, em 2013⁴.

No setor de construção, a partir de 2009 aproximadamente, as empresas chinesas ampliaram, significativamente, sua presença na América Latina e no Caribe, passando da construção de um pequeno número de estádios, clínicas e estradas, doados a governos que reconhecessem a RPC diplomaticamente, a obras de escala bem maior, como usinas hidrelétricas, pagas com empréstimos de bancos chineses. Mais recentemente, empresas chinesas começaram a construir projetos hoteleiros no Caribe, incluindo o Baha Mar e o Blackwood Pointe, nas Bahamas, que somam quase US\$ 10 bilhões; e o Bcholet Bay, em Granada.

No setor manufatureiro, indústrias chinesas de eletrônicos, motocicletas, automóveis e equipamentos pesados começaram a investir em instalações de montagem final na região, com parceiros locais. Entre os motivos estão evitar impostos de importação; servir melhor os mercados locais, como o Brasil; e exportar para mercados próximos, como os EUA⁵.

No setor de serviços, empresas de telecomunicações chinesas, como a Huawei e a ZTE, estabeleceram, rapidamente, uma presença na América Latina, mediante a venda de telefones e outros equipamentos e a construção de infraestrutura de comunicações de terceira e quarta gerações para provedores estatais e da iniciativa privada. Nos últimos anos, também começaram a se estabelecer nos mercados de telecomunicações menores do Caribe e da América Central, incluindo países que não reconhecem a RPC.

No setor bancário, instituições baseadas na RPC passaram de parcerias e escritórios de representação, em apoio a sócios chineses, à abertura de filiais de bancos em solo latino-americano. Importantes avanços nessa área incluem a aquisição do Standard Bank Argentina pelo ICBC, em novembro de 2012, e a proposta de aquisição do BICBANCO, do Brasil, pelo China Construction Bank, em 2013.

Ainda que a crescente presença chinesa descrita nos parágrafos anteriores tenha gerado uma variedade de análises jornalísticas e acadêmicas, o foco desses trabalhos tem sido, tipicamente, econômico, incluindo relatos gerais sobre o que vinha ocorrendo⁶, análises do caráter e dos impactos do comércio chinês com a região⁷ e coletâneas de estudos sobre países específicos⁸. Em contrapartida, este artigo visa a desenvolver o tema das obras descritivas e análises econômicas que o precederam, com o intuito de examinar como o novo envolvimento chinês vem afetando o ambiente estratégico da região.

Impacto no Ambiente de Segurança da América Latina e do Caribe

As atividades comerciais em expansão da RPC na América Latina e no Caribe estão transformando a dinâmica política e social da região de diversas maneiras, incluindo:

- ◆ A Orientação dos Públicos e Líderes Políticos e Empresariais da América Latina.
- ◆ A Dinâmica Socioeconômica dentro dos Estados

da América Latina.

- ◆ Padrões de Comércio e Interação Humana.
- ◆ A Orientação das Forças Armadas na Região.
- ◆ Influência Norte-Americana em Áreas como o Comércio, a Democracia e os Direitos Humanos.
- ◆ A Viabilidade Econômica de Blocos Políticos Hostis aos EUA.
- ◆ A Orientação de Estados Latino-Americanos e Caribenhos em Relação uns aos outros.
- ◆ Divisões Ideológicas na Região.
- ◆ Crime Organizado Transpacífico.

A Orientação dos Públicos e Líderes Políticos e Empresariais da América Latina

O surgimento da RPC como importante mercado e fonte de empréstimos e investimentos tem atraído a atenção de elites políticas e empresariais por toda a América Latina e o Caribe, levando-as a investir tempo e recursos para captar uma parcela desses benefícios. Esses esforços incluem viagens periódicas à RPC por autoridades e delegações comerciais latino-americanas; maior atenção à Ásia por parte de organizações governamentais de promoção do comércio e federações empresariais privadas; e estabelecimento de novas parcerias comerciais na região. O ex-Presidente da Costa Rica Oscar Arias acreditava tanto na importância da RPC para o futuro de seu país que conduziu um ano de negociações diplomáticas secretas para que este mudasse sua postura diplomática e passasse a reconhecê-la⁹. Para governos como os da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA)¹⁰, a RPC é vista como uma alternativa, tanto política quanto econômica, ao Ocidente, tendo o ex-dirigente venezuelano Hugo Chávez feito seis viagens àquele país em seus quatorze anos no poder e o Presidente boliviano Evo Morales declarado sua admiração pelo líder revolucionário chinês Mao Tsé-tung¹¹. No âmbito do público, a China vem suscitando interesse entre alunos latino-americanos, que querem estudar o país, seus idiomas e cultura e como fazer negócios por lá.

Em termos gerais, a influência da RPC se reflete nos resultados de uma pesquisa de opinião conduzida em 2012 em toda a região, na qual o respondente típico acreditava que a China exercia “alguma influência” em seu país e 63% dos respondentes viam essa influência como sendo “positiva” ou “muito positiva”¹².



Foto: AFP/Carlos Humberto

O ex-Presidente chinês Hu Jintao (à direita) e o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia de encerramento do seminário "Brasil-China: Conquistas e Desafios na Construção de uma Parceria Estratégica", no Palácio Itamaraty, 12 Nov 04.

A Dinâmica Socioeconômica dentro dos Estados da América Latina

No decorrer da última década, a concorrência com as exportações chinesas afetou consideravelmente os setores manufatureiros da América Latina e do Caribe, que caíram de 16,5%, em 2001, para 13,5%, em 2012, como porcentagem do PIB¹³. Ao mesmo tempo, as exportações para a RPC e os respectivos aumentos dos preços de *commodities* aumentaram a importância de setores como o petrolífero, de mineração, madeireiro e agrícola, com um acréscimo de 50% só na contribuição do setor de mineração na região, que passou de 4,1% do PIB, em 2001, para 6,1%, em 2012¹⁴.

Conforme observado anteriormente, as empresas chinesas estão se estabelecendo, gradativamente, como atores internos relevantes por toda a região,

operando campos petrolíferos, minas, instalações manufatureiras e comerciais; construindo infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações; conduzindo atividades bancárias e operando instalações de logística e linhas marítimas.

Ainda que a RPC não tenha empregado seu poder "persuasivo" ou "brando"¹⁵ cada vez maior de modo proporcional ao crescente peso econômico e presença física de empresas chinesas na região¹⁶, seu impacto sobre a dinâmica socioeconômica dos Estados latino-americanos pode ser percebido nas novas questões sociais e políticas geradas por tal presença, incluindo conflitos entre companhias chinesas e forças de trabalho e subempreiteiras regionais¹⁷; relações com as comunidades locais¹⁸, grupos ambientais e indígenas¹⁹ e concorrentes comerciais²⁰; e desafios de segurança enfrentados por empresas chinesas²¹.

Padrões de Comércio e Interação Humana

A interação com a China está transformando a infraestrutura física da América Latina e do Caribe, incluindo projetos financiados por bancos chineses e executados por empresas chinesas, assim como outros, inspirados pelo novo comércio com a RPC. Em consequência, padrões de comércio e interações humanas na região também estão mudando, com implicações estratégicas.

De Manzanillo e Lázaro Cárdenas, no México, a Valparaíso e Concepción, no Chile, os portos da costa do Pacífico da região estão sendo ampliados e modernizados, ao passo que melhores estradas e novas vias férreas estão sendo construídas para conectar a infraestrutura portuária ao interior e à costa Atlântica do continente. Projetos importantes incluem melhorias aos corredores “bioceânicos” para conectar a costa norte, central e sul do Peru à Amazônia brasileira; o corredor “transoceânico” ligando o interior do Brasil, através da Bolívia, a portos na costa norte do Chile; e o corredor “Manta-Manaus”, da costa do Pacífico do Equador até o Brasil, passando pelo Peru. Outros projetos significativos, impulsionados, em parte, pelo crescente comércio da região com o Pacífico, incluem a expansão e modernização do Canal do Panamá, a um custo de US\$ 5,2 bilhões; a possível construção de um segundo canal através da Nicarágua; e as propostas autoestradas e vias férreas “Canal Seco” através de Honduras, Guatemala e Colômbia.

O novo comércio com a RPC e com a Ásia também é um fator de estímulo para instalações localizadas fora da costa do Pacífico, incluindo “La Paloma”, um novo porto de águas profundas no Uruguai com a construção prevista de uma via férrea até o Brasil em apoio às exportações agrícolas e ao comércio de contêineres entre os países do cone sul banhados pelo Atlântico e a RPC²². Um outro exemplo é a possível construção de um grande porto de contêineres em Goat Island, na Jamaica, para apoiar os navios maiores vindos do Pacífico através do Canal do Panamá, depois que o projeto de ampliação do canal for concluído.

Além de sua importância comercial, essa nova infraestrutura também afeta a região de outras maneiras. Os novos corredores que atravessam o continente levam tanto o comércio lícito quanto o ilícito a áreas

antes inacessíveis do interior, criando, com isso, novas oportunidades para narcotraficantes, madeireiros e mineiros ilegais e contrabandistas e gerando conflitos entre os novos colonizadores e as comunidades e grupos indígenas previamente isolados.

A nova infraestrutura de transporte descrita nos parágrafos anteriores também vem estimulando novos polos de desenvolvimento, atraindo habitantes do interior e de áreas urbanas menos dinâmicas para os novos centros do comércio transpacífico, em busca de oportunidades econômicas. Em consequência, as cidades portuárias em crescimento talvez se tornem mais importantes politicamente, como geradoras de receita fiscal e facilitadoras do comércio nacional e regional, ainda que acarretem novas necessidades relacionadas à segurança portuária e urbana.

A Orientação das Forças Armadas na Região

De maneira gradativa e não ameaçadora, mas profundamente importante, as Forças Armadas da região vêm diversificando suas relações exteriores, de modo a incluir o ensino profissional militar e o adestramento de nível tático do Exército de Libertação Popular (ELP) e, em alguns casos, armas e equipamentos de fornecedores chineses.

Empresas chinesas, como a China North Industries Corporation (NORIN – CO), a China Electronics Technology Corporation (CETC), a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) e a Poly Technologies, ampliaram a venda de armas para a América Latina e o Caribe, passando de doações de bens não letais, como roupas, caminhões e ônibus, a aviões de transporte e caças e plataformas de radar, ao mesmo tempo que diversificaram as vendas de equipamentos de grande porte, da Venezuela a outros países da ALBA e ao hemisfério em geral²³. Essas empresas também têm demonstrado uma sofisticação cada vez maior na comercialização de seus produtos na região, estabelecendo sua presença em exposições militares — como a Feira LAAD Security (Brasil), o Salón Internacional de Tecnología para la Defensa e Prevención de Desastres Naturales – SitDef (Peru) e a Feria Internacional del Aire y del Espacio – Fidae (Chile)²⁴ —; contestando juridicamente decisões desfavoráveis em licitações²⁵; e utilizando acordos de compensação (*offset*) para obter projetos²⁶.

No campo do ensino e adestramento profissional militar, praticamente todos os países latino-americanos e caribenhos que reconhecem a RPC enviam oficiais para o “Instituto de Estudos de Defesa”, de nível estratégico, em Changping, enquanto alguns também enviam oficiais para as escolas de comando do Exército e da Marinha do ELP perto de Nanjing e para os centros de adestramento de Forças Especiais em Shijiazhuang, entre outros locais²⁷. Nos últimos anos, o ELP também levou oficiais e profissionais de outros setores da região à RPC para receberem treinamento técnico em áreas como instrução de voo, manutenção de equipamentos, operações espaciais e guerra eletrônica²⁸, ao mesmo tempo que enviou, reciprocamente, seus militares para a América Latina, com o intuito de receberem adestramento tático em instalações como a Base Aérea de Tolomaidá, na Colômbia²⁹. Embora o número de efetivos envolvidos nesses intercâmbios seja reduzido, pode-se dizer que seu impacto foi intensificado pela crise de 2012-2013 nos EUA quanto à aprovação do orçamento federal, a qual obrigou reduções intermitentes e a suspensão de programas de relacionamento de defesa norte-americanos.

Com respeito à presença militar na região, os chineses têm passado de desdobramentos limitados em um contexto multilateral (contribuindo com policiais do exército à Força de manutenção da paz da MINUSTAH no Haiti, entre 2004 e 2012) a acordos humanitários bilaterais (como o exercício médico Angel de Paz, no Peru, em novembro de 2010, e a visita do navio-hospital chinês Arca da Paz, no Caribe, em dezembro de 2011) e a atividades mais voltadas ao combate, como o adestramento conjunto conduzido junto às Forças navais do Chile e do Brasil durante a visita de uma frota naval do ELP ao cone sul em novembro de 2013³⁰.

Influência Norte-Americana em Áreas como o Comércio, a Democracia e os Direitos Humanos

As iniciativas norte-americanas no sentido de promover o livre comércio, a democracia e os direitos humanos na América Latina e no Caribe³¹ foram, historicamente, facilitadas pela posição dos EUA como mercado de exportações mais importante para a região e pelo papel de empresas e instituições ocidentais como

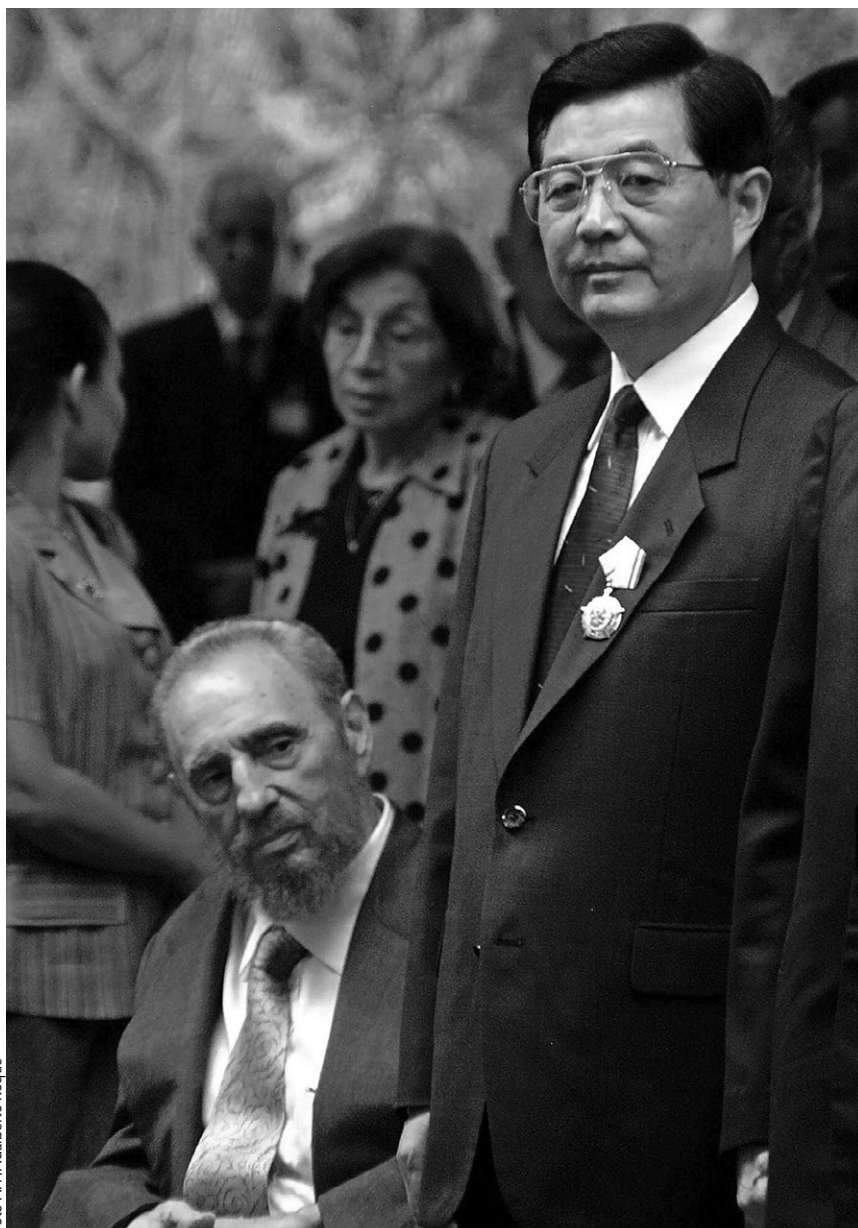
principais fontes de seus empréstimos e investimentos estrangeiros. O aumento drástico do comércio, empréstimos e investimentos da RPC na região na última década mudou essa situação e, em consequência, talvez tenha diminuído o poder do governo dos EUA na promoção de seu programa de políticas. Embora os US\$ 814,5 bilhões do comércio norte-americano com a América Latina e o Caribe registrados em 2012 ainda sejam mais que o triplo do valor de US\$ 270,8 bilhões registrados entre a região e a China³², a RPC ultrapassou os EUA em muitos países individuais em relação ao volume de comércio bilateral, incluindo Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Panamá, e é o segundo ou terceiro maior parceiro para a maioria dos demais países. Na área de finanças, só entre 2005 e 2012, a China concedeu US\$ 87 bilhões em empréstimos à região, mais que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Banco de Exportação e Importação dos EUA juntos³³.

Indicações de que a influência norte-americana vem diminuindo podem ser vistas no reduzido papel de instituições lideradas pelos EUA, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), na resolução de importantes questões regionais, como a sucessão política em Honduras e no Paraguai; na menor capacidade de Washington para promover sua posição em importantes fóruns regionais, como a Cúpula das Américas³⁴; e na proliferação de novas instituições sub-regionais que excluem, explicitamente os EUA, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Embora a influência norte-americana também dependa de indivíduos na América Latina e no Caribe que concordem com as metas das iniciativas dos EUA e com os valores por trás delas, o “exemplo” do sucesso econômico chinês tem minado argumentos norte-americanos de que a democracia e o livre mercado ao estilo ocidental são as melhores rotas para o desenvolvimento e a prosperidade.

A Viabilidade Econômica de Blocos Políticos Hostis aos EUA

A maioria dos empréstimos e uma parcela significativa dos investimentos da RPC na América Latina e no Caribe se destinaram a países da ALBA, fazendo com que fosse financeiramente mais fácil para esses



O ex-Presidente chinês Hu Jintao (à direita) e o ex-Presidente cubano Fidel Castro participam de cerimônia em que o dirigente chinês foi agraciado com a Ordem Jose Marti, no Palácio da Revolução, sede do Conselho do Estado, em Havana, 23 Nov 04.

governos seguir linhas de ação independentes dos EUA, de companhias ocidentais e de instituições financeiras ocidentais, incluindo o Fundo Monetário Internacional e o BID.

Na Venezuela, a RPC concedeu US\$ 40 bilhões em empréstimos e mais de US\$ 40 bilhões em compromissos de investimento³⁵. Reforçando ainda mais o vínculo entre o financiamento chinês e a sobrevivência do regime “socialista” venezuelano, uma parcela dos empréstimos foi utilizada para a aquisição de grandes

quantidades de eletrodomésticos, que foram vendidos com desconto aos pobres (a principal base de apoio ao governo) no período anterior à eleição nacional de 2012³⁶.

Como a Venezuela, o Equador recebeu mais de US\$ 9 bilhões em compromissos de empréstimo da RPC, em apoio a projetos hidrelétricos e petrolíferos e para financiar déficits fiscais³⁷, ao passo que a China National Petroleum Corporation (CNPC) exerceu um papel fundamental no financiamento da “Refinaria do Pacífico”, de US\$10 bilhões³⁸. Com respeito ao impacto político desses compromissos, a RPC concedeu US\$ 1,4 bilhão em empréstimos ao país em fevereiro de 2013, mês de sua eleição presidencial³⁹.

Na Bolívia, os chineses estão construindo e financiando quase US\$ 2 bilhões em obras de infraestrutura, incluindo o projeto de uso múltiplo Rio Grande – Rositas, de US\$ 1,4 bilhão⁴⁰; centenas de milhões de dólares em obras ferroviárias e rodoviárias⁴¹; e iniciativas menores, como fábricas de papel⁴². Além disso, ofereceram um empréstimo de até US\$ 15 bilhões para ajudar o país com respeito à jazida de ferro El Mutún, antes explorada pela empresa indiana Jindal⁴³.

Na Nicarágua, apesar da inexistência de relações diplomáticas

com a RPC, os bancos chineses são os candidatos mais prováveis ao financiamento de um novo canal estimado em US\$ 40 a US\$ 80 bilhões, proposto pelo bilionário Wang Jing, baseado em Hong Kong⁴⁴.

A Orientação de Estados Latino-Americanos e Caribenhos em Relação uns aos outros

A crescente importância do comércio com a RPC e outros países asiáticos para a economia da região

vem afetando o relacionamento dos Estados com seus vizinhos. Na década entre 2003 e 2012, por exemplo, a parcela do comércio da América Latina e do Caribe destinada à RPC quadruplicou, passando de 3% a 12%⁴⁵.

Para países do lado atlântico da América do Sul, incluindo Brasil, Uruguai e Argentina, o aumento no comércio através do Pacífico transformou projetos de infraestrutura além de suas fronteiras em questões de interesse nacional, incluindo a ampliação do Canal do Panamá e a construção prevista do novo porto de águas profundas “La Paloma”, no Uruguai⁴⁶. Da mesma forma, o crescimento do comércio transpacífico tem aumentado o valor de portos na Costa do Pacífico, como Iquique, Ilo e Callao (e a qualidade de sua gestão), para vizinhos banhados pelo Atlântico e países sem acesso ao mar, como Bolívia e Paraguai.

No “topo” da América do Sul, a construção prevista de oleodutos e vias férreas até a costa do Pacífico da Colômbia talvez leve o governo venezuelano a se interessar em melhorar suas relações com o país vizinho e em buscar uma solução para o problema colombiano das guerrilhas (fatores que, até a presente data, impediram a colaboração entre as duas nações em projetos de infraestrutura).

Da mesma forma, o crescente comércio entre a RPC e a América Central aumentou a importância da velha disputa entre Honduras, El Salvador e Nicarágua quanto à fronteira marítima entre os três países no Golfo de Fonseca. Para o governo de Honduras, o porto previsto para a Ilha de Tigre seria o único acesso direto do país ao Pacífico, bem como o centro de uma conexão viária e ferroviária com o resto da América Central, a qual ele discutiu com empresas chinesas⁴⁷.

No Caribe, o novo comércio com a Ásia ajudou a estimular iniciativas concorrentes de construção dos novos portos de águas profundas, que servirão como centros de distribuição para o comércio, passando pelo novo e ampliado Canal do Panamá. Em janeiro de 2014, aprovou-se um projeto para o desenvolvimento do porto de Mariel, em Cuba, enquanto outro estava sendo discutido para Goat Island, na Jamaica⁴⁸. Com respeito ao impacto sobre as relações regionais, o valor potencial de Mariel como um centro para servir à costa leste norte-americana é um incentivo à normalização das relações entre os EUA e Cuba, não apenas para o governo cubano, mas também para o Brasil, que está financiando e construindo o porto⁴⁹.

Além de considerações decorrentes do comércio, o aumento de transações comerciais com a RPC tem até afetado o relacionamento entre Guiana e Suriname. Parte dos imigrantes chineses que chegaram em Suriname nos últimos anos migrou, subsequentemente, para a Guiana, onde eles vêm provocando tensão política no país ao desalojarem os comerciantes indo-guianenses, tradicionalmente predominantes em Georgetown⁵⁰.

Divisões Ideológicas na Região

Como subproduto das atividades comerciais citadas anteriormente, a interação com a RPC tem reforçado divisões ideológicas até agora amistosas, mas significativas, na região. A questão de como fazer negócios com a China e outras nações da Ásia passou a ser uma das mais importantes diferenças entre os governos das Américas — com alguns países, incluindo os da ALBA, relacionando-se com a RPC principalmente com base em um esquema de Estado para Estado e outros, incluindo membros e candidatos à “Aliança do Pacífico” (México, Colômbia, Peru, Chile, Panamá e Costa Rica), concentrando-se em um modelo da iniciativa privada, que enfatiza mercados livres e competitivos, instituições eficientes, regras e transações transparentes e um forte arcabouço jurídico protegendo contratos e a propriedade intelectual⁵¹. Embora a diferença diga mais respeito à economia que à política, é provável que exerça um importante papel em definir o novo sistema que regerá a participação da América Latina e do Caribe na economia do Pacífico.

Crime Organizado Transpacífico

Com a expansão do comércio transpacífico, as atividades criminosas entre a RPC e a América Latina e o Caribe também vêm aumentando⁵². Embora não haja dados estatísticos confiáveis sobre a quantidade de produtos fabricados na China que entra na América Latina e no Caribe como contrabando, uma comparação entre os registros chineses de exportação para a região e os dados regionais sobre importações da China indica a extensão do problema. Em 2012, a RPC declarou ter enviado US\$ 33 bilhões a mais em mercadorias para a América Latina e o Caribe do que o valor recebido declarado pelos países da região — 22% do total do comércio entre a RPC e América Latina para aquele ano⁵³.

Também vêm surgindo conexões criminosas transpaciais no setor informal de mineração em áreas como Michoacán (México) e Madre de Dios (Peru), com todas as partes do processo — desde a extração do minério e sua venda para compradores locais até a consolidação de cargas e seu envio de portos da Costa do Pacífico para compradores chineses — sendo tributadas, se não totalmente administradas, por grupos criminosos⁵⁴.

Com a expansão dos fluxos de mercadorias, também vem surgindo o narcotráfico transpacifico, e empresas chinesas e indianas vêm se tornando importantes fornecedoras de substâncias químicas precursoras para laboratórios de drogas sintéticas ilegais no México e na América Central⁵⁵. Por sua vez, países como a Colômbia, a Bolívia e o Peru têm enviado cocaína e, possivelmente, outros narcóticos para o novo mercado chinês, através de portos como Hong Kong⁵⁶.

O tráfico de pessoas da RPC através da América Latina e do Caribe também vem crescendo. Acredita-se que as principais rotas envolvam portos mexicanos como Puerto Vallarta em Jalisco, Puerto de Manzanillo em Colima e Puerto de Mazatlán, através de Culiacán em Sinaloa, assim como a entrada de migrantes chineses em países da América do Sul, como Colômbia, Equador e Peru (que atravessam por terra a América Central e o México, onde sua passagem talvez requeira que os grupos chineses que os transportam, como o “Dragão Vermelho”⁵⁷, colaborem com grupos criminosos latino-americanos pelos quais precisem passar ou lhes paguem)⁵⁸. O tráfico de chineses também envolve o Caribe, com o crescimento amplamente percebido, mas inexplicado, de comunidades chinesas nas principais cidades de Guiana, Suriname, República Dominicana e Trinidad e Tobago nos últimos anos⁵⁹. Supõe-se que o aumento nas atividades comerciais, incluindo a importação de operários chineses para projetos de construção em países do Caribe, facilite esses movimentos.

Por último, com o aumento no fluxo de mercadorias e maiores vínculos bancários entre a RPC e a região, as oportunidades para a lavagem de dinheiro envolvendo empresas e instituições chinesas também se multiplicaram.

É possível que as autoridades na América Latina e no Caribe estejam mal preparadas para combater as

novas conexões criminosas transpaciais, havendo poucas pessoas aptas a interrogar suspeitos e testemunhas em chinês mandarim, quanto mais em cantonês ou hakka. Também contam com poucos agentes com etnias que lhes permitam penetrar as comunidades chinesas, além de não terem os contatos técnicos na RPC para investigar informações sobre pessoas, grupos e empresas com quem estejam lidando.

Impactos nos EUA e sua Resposta

A interação chinesa com a América Latina e o Caribe prejudica a posição estratégica dos EUA na região em diversos aspectos (embora de maneira indireta e provavelmente não intencional).

Primeiro, conforme argumentado anteriormente, o “exemplo” da China, como um país que aparentemente prosperou com reduzida liberdade política e uma orientação predatória liderada pelo Estado em relação ao capitalismo, mina as tentativas norte-americanas de promover a democracia de estilo ocidental e o capitalismo de livre mercado na região. A influência norte-americana na busca de objetivos de sua política externa na região é prejudicada ainda mais pela disponibilidade da RPC como alternativa de mercado de exportações e fonte de empréstimos e investimentos.

Segundo, a segurança dos EUA talvez seja afetada pelo financiamento, investimento e comércio chinês com regimes que buscam independência em relação aos sistemas ocidentais de responsabilidade penal e contratual, como ocorreu, em diversos graus, com os países da ALBA. Na medida em que esses regimes, apoiados por recursos chineses, se tornarem refúgios para grupos terroristas e do crime organizado, a capacidade dos EUA para combater ameaças oriundas da região ficará prejudicada.

Terceiro, as atividades comerciais chinesas na região, por mais benignas que sejam atualmente, aumentam a variedade de opções que os planejadores da RPC poderão usar contra os EUA no caso de hostilidades entre os dois países no futuro. A dependência latino-americana em relação à venda de *commodities* para a RPC, ao crédito de bancos chineses e à importância cada vez maior de empresas chinesas como geradoras de emprego e receita fiscal para os governos da região constitui uma fonte de influência, por meio da qual a China poderia persuadir os países dependentes a negarem

aos EUA acesso a bases, recursos, Inteligência ou apoio político. Em tempo de guerra, a RPC poderia induzir proprietários chineses de instalações na América Latina a permitirem seu uso para buscar Inteligência, servir como base para agentes chineses ou até fechar ou operar de um modo que abalasse a economia dos EUA ou sua capacidade de projetar e apoiar forças enviadas para a Ásia. Por exemplo, infraestruturas de telecomunicações, telefones e dispositivos de dados construídos ou fabricados pelos chineses poderiam ser utilizados para a coleta de dados ou contra alvos comerciais e governamentais na região, ao passo que as instalações portuárias operadas por empresas chinesas em países como o Panamá e o México poderiam ser paralisadas e, em um estágio posterior do conflito, disponibilizadas à Marinha do ELP.

...tentativas de limitar o envolvimento de governos latino-americanos e caribenhos com a RPC podem ser ineficazes e contraproducentes...

Embora a dinâmica e as possibilidades apresentadas nesta seção possam preocupar os formuladores de políticas norte-americanos, as tentativas de limitar o envolvimento de governos latino-americanos e caribenhos com a RPC podem ser ineficazes e contraproducentes, ofendendo parceiros regionais por parecerem violar sua soberania⁶⁰.

Mesmo antes da declaração feita pelo Secretário de Estado John Kerry, a resposta dos EUA às crescentes atividades chinesas no hemisfério tem sido relativamente comedida. Tanto o governo democrata de Barack Obama quanto o de seu antecessor republicano George Bush evitaram caracterizar tais atividades como uma ameaça⁶¹. Nos últimos anos, o tom tem se tornado cada vez mais favorável, incluindo uma discussão pelo então Secretário Adjunto de Estado para o Hemisfério Ocidental, Arturo Valenzuela, sobre a possibilidade de cooperação entre a RPC e os EUA na América Latina⁶², e a caracterização do envolvimento chinês na região por

sua sucessora, Roberta Jacobson, como sendo “positivamente e definitivamente uma boa coisa”⁶³.

Conclusões e Implicações Teóricas

A análise de atividades chinesas na América Latina e no Caribe apresentada neste artigo contribui com alguns entendimentos novos sobre teorias tradicionais de estudos latino-americanos, relações internacionais e economia política internacional.

A evolução da infraestrutura física e da dinâmica sociopolítica da região em resposta à RPC sugere que os padrões regionais de interação humana, política e social estão sujeitos a mudanças em decorrência de fatores externos ao hemisfério. Com efeito, o surgimento de uma divisão entre países latino-americanos sobre como interagir com a China sugere que a primazia dos EUA, como principal ponto de referência da região, talvez esteja diminuindo⁶⁴.

O impacto da China sobre os decisores, empresários e públicos da região, observado neste artigo, também sugere que o “poder persuasivo” nem sempre é determinado por uma cultura em comum, valores políticos ou autoridade moral das políticas de um país⁶⁵, podendo, em vez disso, advir de expectativas sobre a futura importância de um país, assim como da esperança de obtenção de empréstimos, investimentos e acesso aos seus mercados⁶⁶.

Com respeito às teorias sobre economia política, a interação econômica chinesa com a América Latina sugere que um padrão de comércio de “exportação de recursos e importação de produtos acabados” não ocorre, exclusivamente, em relacionamentos entre Estados desenvolvidos e Estados em desenvolvimento⁶⁷. Também sugere que o comércio entre duas nações em desenvolvimento pode promover o desenvolvimento de uma das partes bem mais que o da outra.

Com respeito às relações internacionais, a resposta relativamente benigna dos EUA às atividades chinesas na região ressalta uma nuance na teoria de transição de poder⁶⁸, sugerindo que o desejo do Estado dominante de manter um bom relacionamento com outros Estados, no contexto de normas internacionais como a soberania, pode impedi-lo de contestar o poder em expansão de um concorrente emergente. Por outro lado, os esforços do Governo Obama no sentido de impedir que avanços chineses na América Latina se degenerem e transformem em hostilidade contra os EUA são um teste contemporâneo de teorias do realismo político⁶⁹ no

contexto da globalização. Só o tempo dirá se é possível falar de “conciliação” em uma situação em que os avanços de um rival não envolvam, principalmente, o poder

militar, e se conceitos relacionados, como o equilíbrio de poder, aplicam-se no contexto da interdependência complexa. ■

Este artigo foi elaborado, originalmente, para o livro Reconceptualizing Security in the Western Hemisphere in the 21st Century, ed. Jonathan Rosen, sendo aqui reimpresso com a permissão da editora, Rowman & Littlefield Publishing Group. As opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões do Perry Center, da National Defense University ou do Departamento de Defesa dos EUA.

Referências

1. Foram utilizados dados divulgados por países do Hemisfério Ocidental, em vez de dados divulgados pela RPC. Os dados relativos a 2012 foram extraídos de *Direction of Trade Statistics Quarterly*, Washington DC: International Monetary Fund, 2013, p. 23. Os dados relativos a 2002 foram extraídos diretamente de *Direction of Trade Statistics Yearbook 2009*, Washington DC: International Monetary Fund, 2009, p. 28.
2. China–Latin America Cross-Council Task Force, *Chinese Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean*, Working Document, United Nations Economic Commission on Latin America and the Caribbean (ECLAC), Nov. 2013, disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=%20publicaciones/xml/1/51551/P51551.xml&xsl=/tpl-i/p9f.xsl%20&base=/tpl-i/top-bottom.xslt>.
3. Uma boa visão geral dos principais projetos consta de Ben Laidler, Qu Hongbin, Todd Duvivant, Simon Francis, Thomas Hilboldt e Andre Loes, *South-South Special*, HSBC, Nov. 2013.
4. Jeb Blount e Sabrina Lorenzi, “Petrobras-led Group Wins Brazil Oil Auction with Minimum Bid, Many Stay Away”, *Reuters*, 23 Oct. 2013.
5. Empresas chinesas que estabeleceram atividades manufatureiras na região incluem Chery, Haier, Gree, Jialing, Jincheng, XCMG, and Sany, entre outras.
6. Veja, por exemplo Kerry Dumbaugh e Mark P. Sullivan, “China’s Growing Interest in Latin America, Congressional Research Service”, Library of Congress, RS22119, 2005. Veja, também Florencia Jubany e Daniel Poon, “Recent Chinese Engagement in Latin America”, Canadian Foundation for the Americas, 2006. Veja, também: R. Evan Ellis, *China and Latin America: The Whats and Wherefores* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2009).
7. Veja Jorge Blázquez-Lidoy, Javier Rodríguez, e Javier Santiso, *Angel or Devil? Chinese Trade Impacts on Latin America*, Paris: OECD Development Center, 2006. Veja, também, Robert Devlin, Antoni Esteveordal e Andrés Rodríguez-Clare, *The Emergence of China: Opportunities and Challenges for Latin America and the Caribbean* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006). Veja, também, *China and Latin America: Economic Relations in the 21st Century*, Rhys Jenkins e Enrique Dussel Peters, eds. (Bonn, Germany: German Development Institute, 2009). Veja, também, Kevin Gallagher e Roberto Porzecanski, “China Matters: China’s Economic Impact in Latin America”, *Latin American Research Review*, 43, no. 1, 2008, p. 185-200. Veja, também, Kevin Gallagher e Roberto Porzecanski, *The Dragon in the Room* (Stanford: Stanford University Press, 2010). Veja, também, Gastón Fornés e Alan Butt Philip, *The China-Latin America Axis: Emerging Markets and the Future of Globalisation* (London: Palgrave Macmillan, 2012).
8. Veja *Enter the Dragon: China’s Presence in Latin America*, Cynthia Arnson, Mark Mohr e Riordan Roett, eds. (Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008). Veja, também, *China’s Expansion into the Western Hemisphere*, Riordan Roett e Guadalupe Paz, eds. (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008). Veja, também, *Latin America Facing China: South-South Relations beyond the Washington Consensus*, A.E. Fernandez Jilberto e B. Hogenboom, eds. (New York, NY: Berghahn Books, 2010). Veja, também: *China Engages Latin America: Tracing the Trajectory*, A. H. Hearn e José Luis León Marquez, eds. (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2011). Veja, também, *From the Great Wall to the New World: China and Latin America in the 21st Century*, Julia C. Strauss e Ariel C. Armony, eds. (Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012). Veja, também, *China and the New Triangular Relationship in the Americas*, Enrique Dussel Peters, Adrian H. Hearn e Harley Shaiken, eds. (Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013). Veja, também, “Los hermanos González, juzgados en Malasia por ‘narcotráfico’”, *La Prensa*, Cidade do México, 24 Apr. 2011.
9. Veja R. Evan Ellis, *China in Latin America: The Whats and Wherefores* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2009).
10. A ALBA foi estabelecida, originalmente, pelo regime venezuelano de Hugo Chávez em 2004, como uma alternativa à proposta apoiada pelos EUA de uma Área de Livre Comércio das Américas. Em termos práticos, a organização é o principal bloco de Estados na América Latina e Caribe que se opõe ativamente à influência e liderança norte-americana na região. É composta de nove Estados, destacando-se, politicamente, a Venezuela, a Bolívia, o Equador, Cuba e Nicarágua. Outros membros incluem Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.
11. Joe Macdonald, “Bolivian Leader Names China Ideological Ally”, *Washington Times*, 10 Jan. 2006.
12. Brian M. Faughnan e Elizabeth J. Zechmeister, “What Do Citizens of the Americas Think of China?”, *Americas Barometer Project*, Jun. 3, 2013.

13. CEPAL, "Annual National Account in Dollars, Share in Annual Gross Domestic Product (GDP) by Activity at Current Prices", 12 Dec. 2013. Veja, também, Jenkins e Dussel. Veja, também, Gallagher e Porzecanski, "China Matters". Veja, também, Gallagher e Porzecanski, *The Dragon in the Room*.
14. CEPAL, 2013.
15. Veja Joseph S. Nye Jr., *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (New York: Basic Books, 1990). Veja, também, Joseph S. Nye Jr., *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004).
16. Veja R. Evan Ellis, "The United States and China in Latin America: Cooperation and Competition", *Security and Defense Studies Review*, vol. 12, no. 1 & 2, Fall–Winter 2011, p. 37–44. Veja, também, R. Evan Ellis, *The Strategic Dimension of China's Engagement with Latin America*, (Washington, DC: William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, Oct. 2013).
17. Kimmo Matthews, "Angry Protesters Demand Jobs on Palisades Project", *Jamaica Observer*, Kingston, Jamaica, 22 Sept. 2010. Veja, também, Henry Balford, "China Harbour/union Dispute Brewing", *Jamaica Observer*, Kingston, Jamaica, 16 Dec. 2012.
18. Um exemplo é o de moradores da cidade de Morococha, deslocados pelo projeto de mineração de Toromocho. Veja "Huancayo: pobladores protestaron contra reubicación de Morococha", *El Comercio*, 17 Nov. 2012. Outro exemplo seria o conflito entre a empresa de mineração chinesa Shougang e a comunidade de Marcona, Peru. Veja "Ica: Mineros de Marcona exigen aumentos salariales", *RPP*, 15 Out. 2012. Outro exemplo, ainda, é o das manifestações contra o Shanghai Construction Group em Guyana, por não contratar operários locais. Veja "Opposition Pickets Marriott over Hiring Practices", *Stabroek News*, Georgetown, Guyana, 14 Feb. 2013.
19. Um exemplo é a manifestação contra o projeto de mineração Rio Blanco, no Peru. Veja "Piura: pobladores agredidos en protesta antiminera exigen justicia", *El Comercio*, Lima, Peru, 16 Nov. 2011. Outro exemplo é o das manifestações contra um projeto de mineração a céu aberto de US\$ 1,6 bilhão no Equador pela firma Ecuacorriente, de propriedade de chineses. Veja "Marcha avanzó a Latacunga y está a 75 kilómetros de Quito", *El Universo*, Guayaquil, Ecuador, 20 Mar. 2012. Observa-se outro exemplo nas manifestações contra a exploração da Mina Lupe em Puebla, no México, pela firma chinesa JDC Minerals, e nas tentativas de bloquear a Mina Famatina em La Rioja, Argentina, devido a preocupações sobre a possibilidade de intoxicação por arsênio. Veja Orlando Andrada e Mariela Arias, "Al wok. China saltó al tercer puesto en la inversión extranjera en la Argentina", *La Nación*, 6 Mar. 2014.
20. Um exemplo é o das manifestações contra o Dragon-Mart, proposta de centro de atacado e varejo perto de Cancun. Veja Amy Guthrie, "China Plan Raises Ire in Mexico", *Wall Street Journal*, 17 Jan. 2013.
21. Em junho de 2011, por exemplo, três integrantes da firma de serviços petrolíferos Great Wall Drilling foram sequestrados em Caquetá, na Colômbia. Veja "Emerald Energy Suspends Operations in Southern Colombia Following Rebel Attacks", *Colombia Reports*, 6 Mar. 2012. Em 2007, em Orellana, Ecuador, manifestações violentas contra a companhia petrolífera chinesa Petroriental provocaram mais de 20 mortes, forçando que se declarasse um estado de emergência na Província. Veja "Heridos 24 militares en incidentes en protestas en Orellana", *El Universo*, Guayaquil, Ecuador, 5 Jul. 2007.
- Em Honduras, ameaças contra as construtoras chinesas da represa Patuca III forçaram a suspensão temporária do projeto em 2013. Veja "Estancadas las obras en la represa hidroeléctrica Patuca III en Honduras", *La Prensa*, Tegucigalpa, Honduras, 9 Jun. 2013. Manifestantes também invadiram e ocuparam um campo petrolífero operado por chineses em Tarapoa, no Equador. See "Petrolera china desestima que protesta en Tarapoa haya afectado sus intereses", *El Universo*, Guayaquil, Ecuador, 14 Nov. 2006. Também houve um ataque contra a mina de Colquiri, na Bolívia, operada por chineses. Veja "Colquiri aún dialoga y denuncia más tomas", *Los Tiempos*, Cochabamba, Bolívia, 9 Jun. 2012.
22. "Uruguay Sees Deepwater Port as Regional Master Plan", *UPI*, 22 Out. 2013.
23. R. Evan Ellis, "Rivalidades Emergentes de Múltiples Potencias en Latinoamérica", *Air & Space Power Journal en Español*, vol. 3, no. 1, 1st Trimester 2011, 16–25.
24. "Expositores chinos en el SITDEF 2013", *Poder Militar*, 2013.
25. Kelly Hearn, "China-Peru Military Ties Growing Stronger", *Washington Times*, May 27, 2013.
26. Incluiu uma oferta chinesa de cooperar no desenvolvimento e produção de parte de seu caça FC-1 em Córdoba, na Argentina, a fim de vender a aeronave para a Força Aérea Argentina. Veja Richard D. Fisher, "Argentine Officials Confirm Joint-Production Talks over China's FC-1 Fighter", *HIS Jane's* 360, 23 Jun. 2013.
27. R. Evan Ellis, "China – Involucramiento Militar en América Latina: Buena Voluntad, Buen Negocio, y Posición Estratégica?", *Air & Space Power Journal en Español*, 2nd Trimester 2012, p. 47.
28. Ellis, "China – Involucramiento Militar", p. 49.
29. Conversa do autor com efetivos que haviam observado os militares do ELP na Base Aérea de Tolemaida, na Colômbia, 2012
30. "PLAN's Taskforce Conducts Maritime Joint Exercise with Chilean Navy", *People's Daily Online*, 14 Oct. 2013. Veja, também, "China, Brazil Holds Joint Naval Drill", *Global Times*, 29 Oct. 2013.
31. Esse apoio se reflete na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA e nas políticas e programas do Departamento de Estado e outras entidades governamentais norte-americanas. Veja *National Security Strategy*, The White House.
32. *Direction of Trade Statistics Quarterly*, p. 23.
33. Kevin P. Gallagher, Amos Irwin e Katherine Koleski, *The New Banks in Town: Chinese Finance in Latin America*, Inter-American Dialogue, 2012.
34. Brian Ellsworth, "Despite Obama Charm, Americas Summit Boosts U.S. Isolation", *Reuters*, April 16, 2012.
35. R. Evan Ellis, "China, Russia, India and the Venezuelan Petroleum Industry", *Latin Business Chronicle*, 11 Dec. 2013.
36. "Programa Mi Casa Bien Equipada ha vendido 850 mil equipos", *El Universal*, Caracas, Venezuela, 7 Feb. 2012.
37. Joshua Schneyer e Nicholas Medina Mora Perez, "How China Took Control of an OPEC Country's Oil", *Reuters*, 26 Nov. 2013. Veja, também, Nathan Gill, "Ecuador Receives \$1.2 Billion Loan From China for Budget", *Bloomberg*, 26 Aug. 2013. Veja, também, Fernando Villavicencio, Fernando, *Ecuador Made in China*, Quito, Ecuador: Artes Graficas SILVA, 2013.
38. Simon Hall, "China's CNPC Nears Ecuador Refinery Deal", *Wall Street Journal*, 10 Jun. 2013.
39. "Ecuador Receives \$1.4 Billion Disbursement from China

Loan", *The Wall Street Journal*, 26 Feb. 2013.

40. Hilton Heredia Garcia, "Hidroeléctrica Rositas pende de la cementera de Yacuses", *El Deber*, 29 Sept. 2013.

41. "Empresa china pavimentará carretera Trinidad-San Ignacio de Moxos", *Los Tiempos*, Cochabamba, Bolivia, 21 Oct. 2013.

42. A. D. Hans Soria O., "Alcanzan 90% de avance en reactivación de Papelbol", *Los Tiempos*, Cochabamba, Bolívia, 14 Oct. 2012.

43. Dorothy Kosich, "China May Help Bolivia Finance El Mutún", *MineWeb*, 28 May 2010.

44. Patrick Boehler, "Nicaraguan Canal Team Quietly Visit Mainland", *South China Morning Post*, 29 Oct. 2013.

45. Cálculo a partir de dados de *Direction of Trade Statistics Quarterly*, p. 22–23, e *Direction of Trade Statistics Yearbook 2009*, p. 27–28.

46. O porto daria vazão à soja brasileira, com volumes cada vez maiores sendo enviados à Ásia, mas também concorreria com instalações Argentinas. "Uruguay Sees Deepwater Port as Regional Master Plan", UPI, 22 Oct. 2013.

47. "Honduras firmara con empresa china construcción de ferrocarril interoceánico", Radio América, 21 Jun. 2013.

48. Richard Browne, "History Suggests US in Control of Jamaican Property Sought by China - Goat Islands, Vernamfield Foreign Policy Conundrum", *The Jamaica Gleaner*, Kingston, Jamaica, 13 Sept. 2013.

49. Andrea Rodriguez, "Puerto de Mariel en Cuba, nuevo bastión de la economía cubana", *El Universal*, Cartagena, Colômbia, 12 Nov. 2013.

50. R. Evan Ellis, "Chinese Commercial Engagement with Guyana: The Challenges of Physical Presence and Political Change", *China Brief*, vol. 13, no. 19, 27 Sept. 2013.

51. Jorge Rosenblut Ratinoff, "Una alianza de oportunidades", *El País*, 6 Jul. 2013. Veja, também, Carl Mecham e R. Evan Ellis, "La Alianza del Pacífico y los exitos que los países pueden alcanzar individualmente", *El País*, 4 Jul. 2013.

52. Para evidências detalhas, embora baseadas em relatos, veja R. Evan Ellis, "Chinese Organized Crime in Latin America", *Prism*, vol. 4, no. 1, 1 Dec. 2012, p. 67–77.

53. *Direction of Trade Statistics Quarterly*, p. 23.

54. Hugo Ruvalcaba, "Asian mafias in Baja California", *Insight Crime*, 20 Aug. 2013. Veja, também, Ellis, "Chinese Organized Crime in Latin America".

55. Geoffrey Ramsey, "Mexico Seizes 32 Tons of Chinese Precursor Chemicals", *Insight - Crime*, 8 May 2012. Veja, também, Ellis, "Chinese Organized Crime in Latin America".

56. "Los hermanos Gonzalez, juzgados en Malasia por 'narcotráfico'", *La Prensa*, Cidade do México, 24 Apr. 2011.

57. Existe uma controvérsia quanto ao nome "Dragão Vermelho" referir-se a um único grupo ou englobar vários grupos chineses de tráfico de pessoas.

58. Ellis, "Chinese Organized Crime in Latin America".

59. Baseado em conversas do autor com autoridades de segurança e defesa nesses países.

60. Com efeito, o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, pareceu descartar essa abordagem ao declarar, em um discurso à Organização dos Estados Americanos em novembro de 2013, que a administração estava abandonando, oficialmente,

a "Doutrina Monroe", implicando que não mais buscaria atuar como guardião contra as atividades de potências estrangeiras no hemisfério. Veja John Kerry, "Remarks on U.S. Policy in the Western Hemisphere", Organization of American States, Washington DC, 18 Nov. 2013.

61. Veja, por exemplo, Roger Noriega, Prepared Statement before the Subcommittee on the Western Hemisphere of the Committee on International Relations, U.S. House Of Representatives, One Hundred Ninth Congress, First Session, Serial No. 109–63, 6 Apr. 2005. Entretanto, o atual governo expressou preocupações sobre as intenções chinesas e a falta de transparência em relação a atividades chinesas no hemisfério. Veja Frank O. Mora, "Strategic Implications of China's Evolving Relationship with Latin America", presentation to the Conference on China in Latin America, Washington, D.C., 6 Nov. 2009.

62. Zhang Ting, "China 'not a threat' in Latin America", *China Daily*, 19 Aug. 2011.

63. Roberta S. Jacobson, "The Americas: Our Shared Challenges", Remarks at the University of Miami Center for Hemispheric Policy, Miami, Florida, 13 Dec. 2013.

64. Veja Hal Weitzman, *Latin Lessons: How South America Stopped Listening to the United States and Started Prospering* (Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012).

65. Joseph S. Nye Jr., "What China and Russia Don't Get About Soft Power", *Foreign Policy*, 29 Apr. 2013. Veja, também, Nye, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Veja, ainda, Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics*.

66. Veja Ellis, "Chinese Soft Power".

67. Isso se opõe à ênfase de autores como Cardoso, Frank e Wallerstein. Veja, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, "Dependent Capitalist Development in Latin America", *New Left Review*, vol. 74, July–August 1972, p. 83–95. Veja, também, Andre Gunder Frank, "The Development of Underdevelopment", in James D. Cockcroft, et. al., *Dependence and Underdevelopment: Latin Americas Political Economy* (New York: Anchor Books, 1972). Veja, também, Immanuel Wallerstein, "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System", *Comparative Studies in Society and History*, vol. XVI, Sept. 1974, p. 387–415.

68. Veja, por exemplo, A.F.K. Organski, A., *World Politics*, 2d ed. (New York: Knopf, 1968). Veja, também, A.F.K. Organsky e Jacek Kugler, *The War Ledger* (Chicago: University of Chicago Press, 1980). Veja, também, *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*, Jacek Kugler e Douglas Lemke, eds. (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996). Veja, também, Ronald Tammen, Jacek Kugler, e Douglas Lemke, *Power Transitions: Strategies for the 21st Century* (New York: Chatham House, 2000).

69. Trabalhos centrais, atribuídos à escola "realista" incluem Hans Morgenthau, *Politics among Nations* (New York: Knopf, 1948); Edward Hallett Carr, *The Twenty Years' Crisis, 1919–1939* (London: MacMillan & Co., 1940); e, para o realismo "estrutural", Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1979). Para um aplicação contemporânea do realismo à ascensão da RPC no atual sistema internacional, veja John J. Mearshimer, *The Tragedy of Great Power Politics* (New York: Norton, 2001).